Boletim Gaúcho de Geografia

http://seer.ufrgs.br/bgg

A INTERDISCIPLINARIDADE NA GESTÃO AMBIENTAL

Cláudia Luísa Zeferino Pires Boletim Gaúcho de Geografia, 25: 125-129, jun., 1999.

Versão online disponível em: http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39755/26291

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy **Submissão:** http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions **Diretrizes:** http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines

A INTERDISCIPLINARIDADE NA GESTÃO AMBIENTAL

Cláudia Luísa Zeferino Pires *

Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituem a base material da existência do grupo. Milton Santos (1996:187)

A nossa sociedade, desde sempre, organiza-se através da natureza, instaurando nos lugares relações com o meio. No entanto, historicamente, o homem ao apropriar-se da natureza provocou muitos desequilíbrios ambientais, causando, muitas vezes, danos irreversíveis, prejudicando a própria sociedade. A forma de apropriação e transformação da natureza responde pela existência de problemas ambientais, cuja origem encontra-se nas próprias relações sociais. A ausência de um equilíbrio entre o homem e a natureza decorre de uma relação de negatividade onde a sociedade encontra-se em contradição com o seu próprio ambiente, recriando-o e modificando-o constantemente.

As alterações no equilíbrio dinâmico das relações processuais da natureza ocasionam o surgimento de impactos ambientais. Esses impactos podem ser observados no grau de aproveitamento da capacidade produtiva do uso do solo através, por exemplo, da urbanização não planejada, da agricultura predatória e da industrialização. Nesse sentido, a gestão ambiental, significa projetar, através de vários profissionais, alternativas que possibilitem melhores condições de vida.

A complexidade do ambiente envolve tantos aspectos que seria impossível apenas uma ciência ou um especialista identificar ou propor soluções aos diferentes desequilíbrios ambientais que ocorrem. Na realidade, pensar o ambiente de forma integrada, constitui em assegurar o equilíbrio entre o homem e o espaço que este ocupa. É importante lembrar, que o processo de impacto ambiental assinala o homem num espaço e tempo histórico, impactando a natureza de forma diferenciada.

Um exemplo disso, é a cidade: palco de grandes transformações ambientais. Os centros urbanos, no início do século XX, evocavam na cidade a idéia de progresso, civilização, lugar central das inovações tecnológicas e das economias de escala. Hoje, percebe-se que as cidades são lugares de desordem e de fragmentação sócio-espacial. Os espaços sofrem uma degradação ambiental acelerada por poluição sonora, hídrica e do ar, não permitindo uma boa qualidade de vida.

Boletim Gaúcho de Geografia nº 25 - AGB-PA - Porto Alegre - p. 9-196 - Junho 1999

Na leitura desses elementos, surge a necessidade de promover, rapidamente, a recuperação sócio-espacial de lugares degradados pelo resgate de identidades naturais locais, possibilitando, assim, uma valorização ambiental. Isto faz da gestão ambiental a maneira mais equilibrada e racional na utilização dos recursos naturais.

A gestão ambiental envolve, além de estudos físicos, biológicos e sociais, a atuação simultânea de diferentes instituições, sistemas de informações, tecnologia, recursos humanos especializados, legislação, planejamento, participação comunitária, comunicação, educação, etc., podendo contribuir para o melhor aproveitamento dos recursos naturais. Através de ações coletivas poderemos promover a articulação entre sociedade e natureza na tentativa de reverter os processos degradacionais.

O PLANEJAMENTO AMBIENTAL: UMA FORMA DE GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Um dos maiores impasses na efetivação do planejamento encontra-se na dificuldade em tornar as pessoas conscientes de suas responsabilidades para com a natureza. Isso irá concretizar-se quando as tomadas de ações forem de encontro com as necessidades da população. A apresentação dos interesses comunitários não têm sido um caminho muito utilizado na gestão ambiental, mesmo quando conta-se com experiências notáveis de canais formais de planejamento, produtores de soluções locais para problemas sócio-ambientais. Por isso, o planejamento é, muitas vezes, ineficaz, por que não consegue prever a dinâmica da sociedade (comportamentos coletivos e individuais ou relações entre centros de poder).

O planejamento apresenta-se, muitas vezes, formalmente, como uma referência de todas as racionalidades setoriais da própria organização espacial, não sendo, entretanto, equipado e identificado culturalmente com relação a elas. Segundo SANTOS (1996:235), "o planejamento torna os lugares racionalizados", portanto, dada a forma como o espaço é manipulado, os critérios de racionalização, muitas vezes, são padronizados, não respeitando as individualidades e coletividades dos lugares. Ante os problemas das escolhas racionais entre os possíveis usos alternativos do espaço, o planejamento torna-se impotente por não conseguir integrar as diversas racionalidades que fazem parte do conjunto da comunidade, uma vez que o meio natural e social está traçado nas redes da mesma.

QUE INTERDISCIPLINARIDADE É PRECISO FAZER?

Assegurar o equilíbrio ambiental constitui um pressuposto que não pode ser excluído das políticas de desenvolvimento social. Segundo STROH (1995:276), "temos que reconhecer as especificidades das inter-relações dos fatores culturais e naturais. Isso requer metodologias interdisciplinares capazes de articular as espe-

cificidades das relações entre os ambientes naturais e humanos capazes de responder a viabilização de planos e programas ambientais". O envolvimento de diversos profissionais, num estudo integrado do ambiente, expressa a interação das diversas disciplinas, portanto, não pode ser apenas uma justaposição de trabalhos individuais capazes de oferecer resultados conexos entre elas.

A necessidade do "pensar conjuntamente" é um dos grandes desafios das ciências atualmente, devido a especialização dos conhecimentos. Não é fácil conciliar idéias complementares ou antagônicas ao analisar a complexidade da realidade. Por isso, um dos paradigmas que se impõem à ciência, hoje, é a visão holística. A percepção holística significa que o objeto ou o tema que está sendo considerado é percebido como um todo integrado, em vez de ser reduzido à mera soma de suas partes.

Segundo MORIN (1982:139), "holismo é um princípio que procura a explicação ao nível da totalidade, e se opõe ao paradigma reducionista, que procura a explicação ao nível dos elementos bases". Em vez de unificar a diversidade e reduzir a realidade dentro de um conjunto de leis naturais elementares ou universais, que explicaria tudo numa única lei, deve-se reconhecer os diferentes fenômenos e considerá-los distintos em sua totalidade. A realidade envolve uma grande multiplicidade de elementos que seria difícil explicá-la usando apenas uma abordagem científica. Por isso, para compreender a totalidade, em um estudo interdisciplinar, é necessário articular vários campos do conhecimento na produção de uma "axiomática comum". Isto significa não pensar isoladamente.

Conforme SUERTEGARAY (1993:12), "trabalhar conjuntamente requer 'hábito' de interdisciplinaridade. Por sua vez, a dimensão da interdisciplinaridade na pesquisa, requer a construção de um objetivo novo, um objetivo que será a expressão do coletivo. Isso exigirá o rompimento com a idéia de corpo (corporativismo) e a capacidade de transgressão de nossos limites de formação". Esta idéia remete-nos a considerar que a construção da interdisciplinaridade exige transitar em várias áreas do conhecimento.

No conjunto das práticas interdisciplinares precisamos ficar atentos para que não haja um reducionismo de cada saber científico. O conhecimento fragmentado e não-comunicante pode levar a um conhecimento "mutilado", parcial sobre a realidade, podendo conduzir a uma prática, também, "mutilada". Pensando na fragmentação do conhecimento científico, hoje conduzida por diversos especialistas, cumpre ao papel das ciências dialogarem entre si e o mundo.

A interdependência entre a natureza e a sociedade, no fazer interdisciplinar, nos remete a uma prática integrada, dada a complexidade da própria ciência que, atualmente, está caracterizada por um outro paradigma global: a visão ecológica do mundo. GUATTARI (1991:9), nos alerta para este contexto, afirmando "que não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social, cultural, reorientando os objetos da produção de bens materiais e imateriais.".

Entretanto, analisar a ecologia em escala planetária não significa que devemos deixar de lado a escala local, uma vez que esta possui uma dupla identidade: uma própria (não redutível em escala planetária) e uma identidade comum (que faz parte de uma identidade sistêmica globalizada). A escala pode ser entendida como a medida que confere visibilidade aos fenômenos sócio-ambientais.

Efetivamente, os desequilíbrios sócio-ambientais coexistem localmente e globalmente. Conforme SANTOS (1996:202) "o acontecer em cada fração do território passa a obedecer uma lógica extra-local, com uma quebra às vezes profunda dos nexos locais". Isso pode levar a uma desterritorialização de riscos ambientais ou de desastres ecológicos, pois na natureza não existem fronteiras: o espaço é um circuito mundializado. A degradação ambiental é um processo contínuo em nossa sociedade porque persiste, ainda, uma ruptura entre o homem e a natureza. Isto pode ser compreendido nas palavras de RODRIGUES (1994:46) ao dizer que esta ruptura existe porque "naturaliza-se a produção social e socializa-se a natureza, cuja ciência moderna provoca a desumanização da natureza e a desnaturalização da sociedade".

Um caminho que pode viabilizar a articulação entre o homem e a natureza está no trabalho interdisciplinar. Nesse sentido, MORIN (1982) nos diz que é preciso promover uma interdisciplinaridade que permita fazer a comunicação entre as ciências e estas com as comunidades envolvidas, sem operar o reducionismo, o singular, o individual. É preciso trabalhar com a complexidade do meio, ao mesmo tempo disjunte e associativo, permitindo, assim, a compreensão da realidade sem reduzi-la a unidades e leis universais. Para isso é necessário haver uma comunicação em circuito para (re)conhecer a realidade, sendo que esta não pode ser concebida e esgotada num sistema de idéias.

A GEOGRAFIA E A GESTÃO AMBIENTAL NUM TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Atualmente, a atuação do profissional em geografia no chamado meio "técnico-científico-informacional" tem remetido-o a uma perspectiva ecológica, podendo contribuir interdisciplinarmente no planejamento ambiental. É importante, para
o planejamento, compreender as relações entre o homem e o espaço a ser investigado. O entendimento das territorialidades (identidades que o indivíduos possuem com o território) permite compreender o modo de vida da sociedade e as possibilidades de utilização dos recursos naturais disponíveis nos lugares a serem
estudados. A identidade territorial deve ser entendida como resultado de ações
individuais e coletivas sobre o ambiente, buscando analisar a maneira como o espaço é organizado por estas ações.

Portanto, o olhar geográfico num estudo interdisciplinar permite compreender orientações sócio-ambientais presentes na organização do espaço construído nas relações entre o homem e o lugar que foi definido como seu. A maneira como a sociedade relaciona-se, evidenciada por representações simbólicas entre individu-

alidades e coletividades expressas em redes, responde pela maneira que esta interage com a natureza.

Pensar o homem em relação ao espaço que ocupa não isenta o profissional em geografia investigar as interações dos vários fatores como saúde pública, economia, educação, cultura, as condições de habitação, os transportes, os bens históricos, a paisagem, etc. cujas alterações em qualquer uma delas possa refletir nas demais. É preciso compreender e explicar o funcionamento da sociedade e da natureza através das análises associativas das particularidades observadas para entender a realidade.

No entanto, não devemos dissociar, num estudo interdisciplinar, o pesquisador de sua pesquisa para que possamos integrar os diversos olhares sobre o ambiente. E, principalmente, não podemos esquecer de inserir a comunidade a ser estudada em um estudo interdisciplinar, já que cumpre ao pesquisador a seguinte tarefa: "a investigação do pensar do povo não pode ser feito sem o povo, mas com ele como sujeito de seu pensar. Não pode-se pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros". FREIRE (1993:10)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GUATTARI, Félix. As três ecologias. Campinas: Papirus, 1991.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Lisboa: Publicações Europa-América, 1982.

RODRIGUES, Arlete. A questão ambiental e a (re)descoberta do espaço: uma nova relação sociedade/natureza?. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB-SP, 1994, nº 73.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço - técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

STROH, Paula Yone. As Ciências Sociais na Interdisciplinaridade do Planejamento Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. (org.) Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Natureza e Sociedade: A Articulação Necessária. In: MEDEIROS, Rosa M. Vieira; SUERTAGARAY, Dirce M. Antunes; DAUDT, Helena M. Luzardo.(org.) EIA-RIMA: estudo de impacto ambiental. Porto Alegre: Metrópole, 1993.

^{*} Bacharel e Licenciada em Geografia, Mestranda em Geografia no Curso de Pós-Graduação da UFRGS e bolsista da FAPERGS.